

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

DADOS GERAIS

Local: On-line

Data: 19/07/2023

Horário: 9h49

Participantes: Conforme lista de presença em anexo

Aprovação: 18/10/2023 – Durante a 71ª AGO

PAUTA

1. Atualização sobre o processo de revisão do Plano de Manejo: resultados da Oficina e próximos passos;
2. Informações sobre a Ação Popular dos Transgênicos;
3. Informes gerais.

ATA

1 Aos dezanove dias do mês de julho de dois mil e vinte e três, às nove horas, a
2 presidente do conselho, Sônia Maria Sfair Kinker, deu as boas-vindas aos
3 participantes e anunciou que a assembleia seria iniciada tão logo o quórum fosse
4 alcançado. Assim, às nove horas e quarenta e sete minutos, com a presença de
5 dezessete conselheiros, a presidente do conselho declarou aberta a assembleia e
6 passou a palavra ao servidor Oseias Cordeiro Sartori para a leitura dos pontos de
7 pauta e proposição de acordo de convivência. Com a palavra, Oseias fez a leitura
8 dos seguintes pontos de pauta: 1. Atualização sobre o processo de revisão do
9 Plano de Manejo: resultados da Oficina e próximos passos; 2. Informações sobre a
10 Ação Popular dos Transgênicos; 3. Informes gerais. Após a leitura, o servidor
11 sugeriu um acordo de convivência, envolvendo propostas voltadas ao bom
12 andamento da assembleia, as quais foram aceitas pelos participantes. Com a
13 palavra, a servidora Eridiane Lopes da Silva solicitou uma inversão na pauta,
14 propondo que a discussão sobre os transgênicos acontecesse antes dos diálogos
15 sobre a revisão do Plano de Manejo (PM). Diante da aprovação da Plenária,
16 passou-se para o **primeiro ponto de pauta** (alterado), referente à Ação Popular
17 (AP) dos Transgênicos. Eridiane disse que se tratava de uma informação ao
18 conselho sobre organismos geneticamente modificados (transgênicos) e seu
19 plantio, cultivo, criação no entorno ou zona de amortecimento (ZA) das unidades

**5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques
Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

20 de conservação do Rio Grande do Sul, que inclui a ZA dos Parques Nacionais
21 Aparados da Serra e Serra Geral. Falou que a informação sobre o assunto foi
22 recebida oficialmente pelo NGI Aparados da Serra Geral no dia 05/05/2023. Trata-
23 se de um parecer de força executória (decisão judicial), indicando atendimento
24 prioritário e prazo imediato para cumprimento. A decisão consta na Ação Popular
25 nº 5018862-68.2013.4.04.7100, a qual pede que seja declarada a [...] nulidade do
26 artigo 1º do Decreto 5.950/2006, que prevê: “Ficam estabelecidas as faixas limites
27 para os seguintes organismos geneticamente modificados nas áreas circunvizinhas
28 às unidades de conservação, em projeção horizontal a partir do seu perímetro, até
29 que seja definida a zona de amortecimento e aprovado o plano de manejo da
30 unidade de conservação [...]”. Ao mencionar faixas limites, o Decreto faculta o
31 cultivo de transgênicos dentro das áreas de entorno ou zona de amortecimento das
32 unidades de conservação, respeitadas as denominadas faixas limites. Em relação
33 ao texto do artigo 1º, a AP pede a sua nulidade, de forma que não seja permitido o
34 plantio de transgênicos nas áreas de entorno ou zona de amortecimento das
35 unidades de conservação. A decisão judicial atendeu parcialmente o pedido
36 constante na AP, visto que continuou admitindo a possibilidade de plantio.
37 Entretanto, determinou a necessidade de licenciamento e autorização do órgão
38 responsável pelas unidades de conservação até que seja aprovado ou alterado o
39 plano de manejo de cada área protegida, a fim de que sejam estabelecidos as
40 condições e limites em que poderão ser introduzidos ou cultivados transgênicos
41 nas áreas que alcancem ou circundem as unidades de conservação situadas no
42 Rio Grande do Sul. Assim, a decisão determina aos réus (ICMBio e Estado do Rio
43 Grande do Sul) que adotem as providências para que a restrição mencionada seja
44 respeitada e fiscalizada. A sentença que havia sido proferida no ano de 2009 foi
45 mantida após a análise dos recursos impetrados. Com a palavra, o conselheiro
46 Nelson Brügger, representante da FGM, perguntou qual ente teve a iniciativa da
47 AP. Eridiane disse que, naquele momento, conseguia acessar somente a
48 informação que indicava como autores a conselheira Lisiane Becker e outros. Com
49 a palavra, a conselheira Ketuly Fuster perguntou se o conteúdo da apresentação
50 feita pela Eridiane seria enviada aos conselheiros. Eridiane disse que sim.
51 Passando para o **segundo ponto de pauta**, referente à atualização dos
52 conselheiros sobre o processo de revisão do PM, Eridiane disse que a equipe do

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

53 ICMBio havia assumido o compromisso de dar uma devolutiva ao conselho sobre
54 a oficina de revisão do PM, além de explicar os próximos passos e falar sobre como
55 o conselho ainda pode contribuir com o processo de revisão. A servidora informou
56 que a oficina do PM foi realizada entre os dias 29/05 e 02/06 do ano de 2023, no
57 Eco Hotel Cambará, em Cambará do Sul – RS. Para os cinco dias de oficina foi
58 proposto o seguinte fio lógico: a. boas-vindas e apresentação dos participantes; b.
59 caracterização dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral; c. Plano
60 de Manejo e caminho até aqui; d. declaração de propósito; e. declarações de
61 significância; f. recursos e valores fundamentais; g. avaliação da necessidade de
62 dados e planejamentos; h. contribuições para a interpretação ambiental; i.
63 zoneamento; j. atos legais, administrativos e normas. Em seguida, Eridiane
64 mencionou os nomes de todos os participantes da oficina, assim como seus
65 respectivos setores e instituições, incluindo em sua fala os observadores,
66 facilitadores, relatoras e a colega responsável pelo apoio logístico. Também falou
67 sobre a dinâmica de atividades estabelecida na oficina. Segundo a servidora,
68 começando com exposições dos participantes sobre as expectativas a respeito do
69 evento, os envolvidos avançaram rumo à pactuação de um cronograma da semana.
70 Logo depois, Sônia apresentou um resumo da caracterização dos dois parques e o
71 servidor Ricardo Brochado falou sobre a metodologia do ICMBio para a revisão de
72 planos de manejo. Explicada a metodologia, os participantes foram desafiados a
73 elaborar a declaração de propósito, seguida das declarações de significância por
74 temas (visitação e desenvolvimento socioeconômico; história, cultura e povos;
75 recursos hídricos; mosaico campo-floresta). Outra atividade realizada envolveu a
76 avaliação da necessidade de dados e planejamentos a partir de oito recursos e
77 valores fundamentais (recursos hídricos; vegetação de altitude; vegetação rupícola;
78 floresta ombrófila mista; cânions; leão baio; oportunidades de lazer e recreação;
79 comunidades tradicionais locais), considerando as ameaças e os potenciais. A
80 análise permitiu a identificação de seis questões-chave: carências da gestão
81 (aumento da equipe); ampliar a transparência e a gestão participativa; considerar a
82 mudança climática; articulação do mosaico de áreas protegidas; como fazer a
83 proteção da zona de amortecimento; e, necessidade ampliação do diálogo com
84 populações residentes. Prosseguindo com as atividades, os participantes
85 analisaram uma lista com tipos diferentes tipos de planos, a fim de estabelecerem

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

86 prioridades (alta, média e baixa). Além dos planos, foram discutidos alguns estudos
87 e elencados de acordo com o nível de prioridade (alta, média e baixa). Após essas
88 definições, os participantes passaram a discutir as alterações necessárias no
89 zoneamento dos dois parques, tendo sido trabalhadas as zonas preservação,
90 conservação, uso moderado, diferentes interesses públicos, sobreposição
91 territorial, uso divergente, adequação ambiental, infraestrutura, e zona de
92 amortecimento. Entre as principais mudanças em relação ao zoneamento vigente,
93 Eridiane destacou a zona de preservação, que antes abarcava todos os paredões
94 dos cânions e agora ficou mais distribuída, atendendo a critérios técnicos de
95 preservação. A servidora também fez breves comentários sobre cada zona,
96 mostrando as imagens da distribuição delas. Quanto às normas, Eridiane explicou
97 que houve um trabalho anterior à oficina, momento em que a equipe do PM analisou
98 todas as normas existentes no documento vigente e selecionou aquelas que, no
99 entender da equipe, deviam ser mantidas. Compartilhando a imagem de uma
100 planilha, Eridiane explicou que havia cinco colunas: uma para a norma em
101 elaboração (versão 1), outra contendo a norma vigente, outra para observações e
102 uma quarta coluna dedicada às motivações para a alteração de cada norma
103 vigente. A servidora informou que a planilha foi lida na oficina, oportunidade na qual
104 foram apontadas as sugestões de modificação, assim como as observações e as
105 motivações para as alterações propostas. Disse que a equipe do PM está
106 aguardando a finalização do relatório da oficina para verificar os registros das
107 alterações feitas durante o evento. Quanto aos prazos e próximos passos, foram
108 planejadas as seguintes ações: no mês de julho, pretende-se construir a minuta da
109 versão 1 do PM e apresentar e discutir os resultados da oficina com a Comunidade
110 Remanescente de Quilombo São Roque; no mês de agosto, espera-se entregar a
111 minuta da versão 1 aos participantes da oficina e estabelecer um período para que
112 estes possam fazer a análise da conformidade do documento com o que foi
113 acordado na oficina; no mês de setembro a expectativa é receber o resultado da
114 análise dos participantes da oficina, além de elaborar a versão 2 do PM e
115 encaminhar para a análise da Coordenação de Plano de Manejo e da diretoria do
116 ICMBio; em outubro, pretende-se realizar uma assembleia extraordinária do
117 conselho para a apresentação da versão 2 da minuta do PM (a servidora propôs à
118 Plenária a realização da AGE); a partir do mês de novembro, espera-se que a

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

119 minuta da versão 2 seja corrigida e a Procuradoria Federal Especializada do
120 ICMBio faça a análise jurídica, enviando o documento para análise do conselho
121 gestor do ICMBio e posterior assinatura do presidente do órgão e publicação no
122 Diário Oficial da União. Finalizada a apresentação sobre a oficina, os momentos
123 seguintes foram dedicados às manifestações dos conselheiros. Com a palavra, o
124 conselheiro Nelson disse que o tempo para a análise da versão 1 do PM parecia
125 insuficiente. Como exemplo, disse que o PM é maior do que o Regimento Interno
126 (RI) do conselho e este último fora deixado para consulta por dois meses e, ainda
127 assim, houve alegação de que o tempo fora insuficiente. Outro motivo alegado pelo
128 conselheiro para indicar a necessidade de um tempo maior para consulta foi a
129 necessidade de dialogar sobre o tema com a entidade representada e outras
130 instituições do setor. Em resposta, Sônia disse que os prazos apresentados foram
131 definidos com base na metodologia de revisão do PM e na experiência obtida com
132 processos de revisão de outros planos de manejo, mas afirmou que essa
133 preocupação com o prazo seria levada à equipe de planejamento do PM, mesmo
134 considerando que o aumento do prazo deve implicar em alterações de todos os
135 prazos subsequentes. Com a palavra, Eridiane lembrou que o prazo de um mês é
136 para os participantes da oficina verificarem se o documento reflete o que foi tratado
137 na oficina. No entanto, considerou importante que as instituições de cada setor
138 dialoguem entre si e, caso identifiquem questões importantes que não foram
139 abordadas na minuta, encaminhem os resultados de suas conclusões à equipe de
140 planejamento do PM. Embora não haja possibilidade de recepcionar
141 automaticamente as novas propostas nas versões 1 e 2 do PM, elas comporão um
142 rol de sugestões a serem consideradas pelos examinadores em outras instâncias
143 do ICMBio em Brasília. Com a palavra, o conselheiro Nelson disse que há duas
144 ações a serem executadas pelos participantes da oficina após o recebimento da
145 minuta da versão 1. A primeira é analisar o documento, atividade que deve ser
146 executada exclusivamente pela pessoa que participou da oficina. A segunda é
147 compartilhar o documento com a instituição que o participante representa e com
148 outras instituições do setor. Em relação a essa segunda ação, deverá ser
149 considerado o tempo que as instituições precisarão para analisar o documento e a
150 realização de uma reunião para discussão e eventual compilação e
151 encaminhamento das propostas. Com a palavra, o conselheiro Pablo perguntou se

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

152 cada setor iria submeter o conteúdo da minuta a considerações e se o documento
153 ainda podia receber contribuições. Em resposta, Eridiane disse que o documento
154 aceita observações dos participantes da oficina em relação à fidelidade do que
155 ocorreu na oficina. Contudo, está sendo aberta essa possibilidade de a sociedade
156 discutir o documento e encaminhar propostas, visto que os olhares de pessoas que
157 não estiveram na oficina são considerados importantes. Com a palavra, o
158 conselheiro Pablo sugeriu que o documento fosse encaminhado aos conselheiros.
159 Em resposta, Eridiane disse que seria encaminhada a versão 2. Fazendo uso da
160 palavra, o conselheiro Nelson falou sobre a necessidade de dar um retorno às
161 instituições que foram envolvidas no processo de revisão do PM a cada etapa do
162 processo. Com a palavra, o conselheiro Pablo perguntou se o zoneamento proposto
163 na versão 1 foi delimitado com base no zoneamento vigente dos parques e quais
164 foram os critérios para a proposição do novo zoneamento, pois, segundo o
165 conselheiro, as áreas de proteção ficaram muito isoladas umas das outras. Na
166 oportunidade, perguntou sobre a manutenção de corredores biológicos. Em
167 resposta, Eridiane falou sobre a gradação das zonas, onde as zonas de
168 preservação são, em sua maioria, circundadas por zonas de conservação e estas,
169 por sua vez, envolvidas por zonas menos restritivas. Fazendo uso da palavra, o
170 conselheiro Andrews disse que as zonas de preservação são ligadas por zonas de
171 conservação, embora admitam trechos nos quais serão permitidos acessos de
172 pessoas. Com a palavra, o conselheiro Pablo perguntou se a servidora Eridiane
173 podia enviar a apresentação sobre o PM aos conselheiros. Em seguida, o
174 conselheiro Andrews sugeriu que na hipótese de se organizar alguma reunião para
175 apresentação da versão 2 da minuta do PM, todos os setores sejam convidados.
176 Também solicitou que, caso haja muitas propostas de alterações no documento,
177 não sejam feitas alterações muito substanciais em relação ao desenho proposto na
178 oficina. Fazendo uso da palavra, Sônia disse que a intenção é fazer a apresentação
179 da versão 2 da minuta do PM para o conselho, onde há diversos setores
180 representados. Passando para o terceiro ponto de pauta, referente aos informes
181 gerais, Sônia pediu que o servidor Oseias apresentasse um informe sobre o RI.
182 Com a palavra, Oseias disse que tinha dois informes. Primeiramente, falou sobre
183 um arquivo enviado aos conselheiros, contendo todos os encaminhamentos das
184 assembleias aprovadas desde a criação do conselho. Disse que o arquivo permite

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

185 que os conselheiros possam averiguar com mais facilidade o encaminhamento das
186 resoluções e recomendações. Em seguida, Oseias falou sobre a necessidade de
187 alterar o artigo 33 do RI (“A modificação de setores deve ser feita em processo
188 próprio de alteração do Regimento Interno do CONPAS”), pois o artigo trata dos
189 setores do conselho e isso não pode mais acontecer porque a lista de setores foi
190 retirada do artigo anterior (artigo 5º). Então Oseias propôs que o assunto da
191 alteração do artigo 33 fosse colocado como um ponto de pauta para a próxima
192 assembleia. Com a palavra, o conselheiro Nelson disse que ainda não havia tido
193 tempo de fazer uma leitura minuciosa do texto do RI aprovado. Disse que havia
194 alertado anteriormente sobre a dificuldade de analisar o documento “ponto a ponto”,
195 pois uma alteração realizada em determinado ponto exigia a identificação de
196 possíveis inconformidades com outros trechos do documento. Nelson manifestou
197 concordância com a discussão do assunto em outra assembleia e sugeriu que
198 fossem tratadas outras contradições que pudessem existir no documento. O
199 conselheiro também disse que o conselho não é subordinado ao ICMBio, portanto
200 o RI deve passar a valer a partir da assembleia que aprova o documento e tem a
201 sua ata aprovada, não ficando subordinado à publicação de portaria pelo ICMBio.
202 Conforme exposto pelo conselheiro, a questão da aprovação do documento não
203 elimina a necessidade de análise e indicação de eventuais contradições no texto
204 por outras instâncias do ICMBio. Com a palavra, Oseias disse que havia
205 identificado somente a contradição do artigo 33, trazida para a Plenária, mas que
206 os conselheiros poderiam apontar outras contradições que porventura
207 identificassem no documento. Com a palavra Sônia disse que o texto aprovado é
208 resultado de um amadurecimento, dado o tempo que os conselheiros tiveram para
209 analisar e discutir a minuta. Com a palavra, o conselheiro Nelson disse que a
210 análise do documento devia ser reaberta por completo. Então perguntou por que a
211 identificação de uma contradição, feita por uma pessoa, é algo legítimo para ser
212 discutido e outras questões que possam ser identificadas por outras pessoas não
213 seria algo legítimo. Disse que o conselho precisa encaminhar o processo de revisão
214 do RI de uma forma que não pareça oportunista. Nelson disse que usou o termo
215 oportunista para se referir a uma situação em que numa determinada assembleia,
216 de um conselho com problema crônico de quórum, se altera abruptamente um
217 processo. Feito isso, se fecha o processo e se reabre somente para questões que

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

218 alguns acham legítimas. Segundo o conselheiro, isso não tende a alcançar
219 consenso. Com a palavra, Oseias disse que na última assembleia em que o texto
220 do RI foi discutido, houve menos alterações do que na primeira ocasião em que a
221 Plenária havia se debruçado sobre o mesmo documento. Também lembrou que em
222 fala anterior havia deixado claro que todos podem identificar contradições no
223 documento, mas não considerava adequado abrir o documento para um novo
224 processo de discussão completa. Fazendo uso da palavra, Sônia disse que não se
225 pode desconsiderar que o RI foi aprovado pelo conselho. Em seguida, Sônia
226 apresentou um novo informe, desta vez tratando da realização de uma assembleia
227 presencial. Ela destacou a existência de um encaminhamento do conselho que diz
228 que a cada quatro assembleias realizadas, uma delas deve ser presencial. Assim,
229 propôs que a próxima assembleia presencial fosse realizada no mês de setembro.
230 Com a palavra, o conselheiro Nelson perguntou sobre a possibilidade de realizar a
231 assembleia de forma híbrida (presencial e virtual). Em resposta, Sônia disse que
232 não há equipamentos suficientes e funcionamento adequado da internet no parque
233 para realizar uma assembleia híbrida. Com a palavra, o conselheiro Nelson
234 perguntou qual seria a pauta da assembleia presencial. Em resposta, Sônia disse
235 que pretendia colocar na pauta uma apresentação da Urbia sobre a concessão e
236 uma apresentação do ICMBio sobre o monitoramento da concessão. A presidente
237 do conselho também falou da intenção de aproveitar a última assembleia geral do
238 ano para a tratar da renovação do conselho. Com a palavra, o conselheiro Amilton
239 Alcides Marcelino, representante da APARADOSTUR, parabenizou a presidente do
240 conselho pela proposta de realização de uma assembleia presencial e, ao fazer
241 referências às assembleias híbridas, destacou a dificuldade de otimização do
242 tempo. Com a palavra, o conselheiro Nelson disse que a questão da pauta é
243 importante por causa do quórum, pois uma assembleia presencial vai demandar a
244 contratação de refeição e alguns conselheiros precisarão de deslocar a partir de
245 Porto Alegre. Apesar de todo esse esforço, corre-se o risco de não haver quórum
246 para a realização da assembleia. Com a palavra, Sônia colocou em votação a
247 realização da assembleia presencial no mês de setembro. Com nove votos
248 favoráveis, nenhum voto contrário e uma abstenção, foi aprovada a realização da
249 assembleia presencial no mês de setembro. Como último informe, Sônia comunicou
250 que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima está lhe chamando de

**5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques
Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral**

251 volta, visto que ela integra o quadro daquele Ministério, e, por isso, deve deixar a
252 chefia dos parques. Disse que a previsão inicial para a remoção é de cerca de um
253 mês, mas pode levar mais tempo. Sônia também aproveitou para agradecer aos
254 conselheiros pelo trabalho voluntário em prol dos parques e falou que o período
255 que ela passou aqui foi muito produtivo. Na oportunidade, exortou os conselheiros
256 a manterem o trabalho que vem realizando em prol dos parques, pois acredita que
257 há muita coisa boa para acontecer. Por fim, agradeceu novamente a todos pelo
258 trabalho realizado conjuntamente. Em seguida, os conselheiros Andrews e Uwe
259 agradeceram e parabenizaram à Sônia pela atuação na chefia dos parques. Com
260 a palavra, Sônia agradeceu aos conselheiros pelas palavras e disse que vai sentir
261 muita saudade das pessoas, da região dos Aparados e dos parques. Também
262 destacou que a Eridiane é a chefe substituta e que já foi identificada uma pessoa
263 que assumirá a chefia dos parques. Dito isso, declarou encerrada a assembleia.
264 Nada mais havendo a tratar, eu, Oseias Cordeiro Sartori, lavrei a presente ata.

ENCAMINHAMENTOS

| RESOLUÇÕES | |
|-------------------|--|
| 01 | Enviar aos conselheiros a apresentação sobre a Ação Popular dos Trangênicos. |
| 02 | Enviar aos conselheiros a apresentação sobre o processo de revisão do Plano de Manejo. |
| 03 | Realizar uma assembleia geral extraordinária no mês de outubro de 2023. |
| 04 | Realizar a 71ª AGO de forma presencial (dia 27/09/2023). |

ANEXO

LISTA DE PRESENÇA

| | PARTICIPANTE | INSTITUIÇÃO | FUNÇÃO |
|----|--------------------------|---|----------------------|
| 1 | Sônia Maria Sfair Kinker | Instituto C. M. de Conservação da Biodiversidade - ICMBio | Presidente |
| 2 | Eridiane Lopes da Silva | Instituto C. M. de Conservação da Biodiversidade – ICMBio | Chefe Substituta NGI |
| 3 | Andrews Ernesto Mohr | Associação de Agências da Serra Geral - ASG | Conselheiro Titular |
| 4 | Nelson Brügger | Federação Gaúcha de Montanhismo - FGM | Conselheiro Titular |
| 5 | Uwe Shulz | Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS | Conselheiro Titular |
| 6 | Mardiore Pinheiro | Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS | Conselheira Titular |
| 7 | Lisiane Becker | Instituto MIRA-SERRA | Conselheira Titular |
| 8 | Jaqueline Posser Gallina | Instituto Federal Catarinense – C. Santa Rosa do Sul | Conselheira Titular |
| 9 | Ketulyn Fuster Marques | Sec. de M. A. e Inf. do E. do Rio Grande do Sul - SEMA | Conselheira Titular |
| 10 | Michel Quadros Velho | Assoc. dos C. L. de E. e T. de A. de C. S. - ACONTUR | Conselheiro Titular |

5ª Assembleia Geral Extraordinária do Conselho Consultivo dos Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

| | | | |
|----|---------------------------|--|----------------------|
| 11 | Paulo A. Ribeiro Nardes | Assoc. dos Emp. Tur. De Cambará do Sul - AETURCS | Conselheiro Titular |
| 12 | Pablo César L. Albornoz | Pontifícia Universidade Católica do RS – PUC/RS | Conselheiro Titular |
| 13 | Marcelo Stradiotto Pupim | Associação Praiagrandense dos E. de Turismo - APETUR | Conselheiro Titular |
| 14 | Camila Trindade Prestes | EMATER/RS | Conselheira Suplente |
| 15 | Amilton Alcides Marcelino | Associação para o T. S. dos A. da Serra - APARADOSTUR | Conselheiro Suplente |
| 16 | Bruna Teresa S. Pereira | Assoc. Tigre Preto de Condutores Locais e Guias de Turismo | Conselheira Suplente |
| 17 | Paloma Quadri de Melo | Secretaria de Educação de Cambará do Sul | Conselheira Suplente |
| 18 | Murilo dos Santos Pioner | Sec. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente de Praia Grande | Conselheira Suplente |
| 19 | Guilherme Mainieri | | Convidado |
| 20 | Ana Paula Velho Pereira | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio | Equipe Técnica |
| 21 | Oseias C. Sartori | Instituto C. M. de Conserv. da Biodiversidade - ICMBio | Equipe Técnica |